

PROCURAÇÃO "AD-JUDÍCIA - ET EXTRA"

Maria de Lourdes Silva de Souza
brasileira, casada, do lar, portador(a) da Cédula
de Identidade n.º 18.633.863-7 SSP/ SP, e inscrito(a) no CPF n.º
680.997.039-87, residente e domiciliado(a) na Rua
Encanação Hidalgo Valezzi N.º 1946, Bairro
Centro Educacional, na cidade de
Fátima do Sul / MS - CEP 79.700-000, por intermédio de
seu procurador judicial infra-assinado, *ut mandato* anexo, com escritório
profissional localizado à Rua Joao Damasceno Pires n. 1140 Jardim Agua Boa
Dourados - MS nessa cidade e Comarca de Dourados - MS,, nomeia e
constitui como seu bastante advogado - Luís **Henrique Miranda -**
Sociedade Individual de Advocacia, pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ n.º 27.124.610/0001-53, com sede na Rua João
Damasceno Pires, n.º 1140 - Jardim Água Boa em Dourados - MS,
devidamente representada pelo advogado - **LUIS HENRIQUE**
MIRANDA, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/MS sob o
14.809 com escritório profissional situado à Rua João Damasceno Pires,
nº 1140, Jardim Água Boa na cidade e Comarca de Dourados, MS; aos
quais confere os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para o foro em
geral, **com a cláusula "ad-judícia - et extra"**, em qualquer juízo,
instância ou tribunal, ainda que administrativos, especialmente para
propor ações de direito em nome da outorgante ou defendê-la nas
contrárias, seguindo umas e outras até o final julgamento, conferindo
ainda poderes especiais para formular acordos, desistir, transigir, bem
como representar os interesses da outorgante em processos
administrativos fiscais, de competência da Fazenda Pública Municipal,
Nacional, bem como perante aos Órgãos de Proteção e Defesa do
Consumidor. Para receber citação inicial, confessar, desistir, reconhecer
a procedência do pedido, transigir, renunciar ao direito sobre que se
funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso, podendo
para tanto, substabelecer está a outrem, com ou sem reserva de iguais
poderes, podendo, ainda, usar de todos os poderes para o seu mister
nos termos supra descritos.

Dourados - MS, 08 de novembro 2022

Maria de Lourdes Silva Souza

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

Maria de Lourdes Silva de Souza
brasileira, casada, do lar, portador(a) da Cédula
de Identidade n.º 18631863-7 SSP/SP., e inscrito(a) no CPF n.º
680.997.039-87 residente e domiciliado(a) na Rua
Encarnação Hidalgo Volezzi N.º 1946, Bairro
Centro Educacional, na cidade de
Fátima do Sul / MS - CEP 79.700.000, **DECLARA**, sob
penas de lei e para que se produza os efeitos legais, especialmente para
obter os benefícios de Assistência Judiciária Gratuita, que não dispõe
de rendimentos suficientes que lhe permite pagar os emolumentos ou
custas processuais, sem que esses valores afetem o sustento familiar.
Sendo desta forma, considerado pobre, na acepção legal da palavra.

Dourados – MS, 08 de novembro de 2022

Maria de Lourdes Silva de Souza

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Que entre si fazem Maria de Lourdes Silva de Souza
brasileira, casada, do lar, portador(a) da Cédula
de Identidade n.º 680.997.039-87 SSP/ MS, e inscrito(a) no CPF n.º
18.631.863-7, residente e domiciliado(a) na Rua
Emacção Hidalgo Volizze N.º 1946, Bairro
Ponto Educacional, na cidade de
Fátima do Sul / MS - CEP 79.700.000, doravante
denominado(a) CONTRATANTE e de outro lado, LUÍS HENRIQUE MIRANDA -
SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita
no CNPJ n.º 27.124.610/0001-53, devidamente representada pelo advogado - **LUIS
HENRIQUE MIRANDA** brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/MS sob o
14.809 com escritório profissional na Rua João Damasceno Pires n.º 1140 - Jardim São
Pedro em Dourados - MS - CEP 79.811-070, tendo entre si justo e contratado o
seguinte:

1ª CLÁUSULA: Por este instrumento particular, CONTRATANTE E CONTRATADO, têm,
entre si, justo e contratado, o presente contrato de prestação de serviços profissionais
advocatícios, para propor auxílio doença/aposentadoria invalidez.

2ª CLÁUSULA: Para execução do serviço ora contratado, o CONTRATANTE pagará aos
CONTRATADOS a seguinte quantia:

- a) **30% (trinta) por cento sobre o proveito econômico obtido com a procedência
do pedido de auxílio doença/aposentadoria invalidez**
- b) **Os 03 (três) salários de benefícios, após a implantação do benefício, com
vencimento na data do recebimento de cada benefício.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caberão exclusivamente aos CONTRATADO, em proporções
iguais, os honorários sucumbenciais devidos pela parte contrária, em caso de
condenação.

3ª CLÁUSULA: A CONTRATANTE obriga-se a: a) fornecer aos CONTRATADO, tão logo
for solicitado a fazê-lo, em tempo hábil, todos os documentos e informações
necessários à defesa de seus direitos e interesses; b) custear todas as despesas para
o adimplemento das obrigações assumidas pelos CONTRATADO, tais como as
decorrentes de custas processuais, fotocópias, autenticações, reconhecimento de
firmas, telefonemas, cartas, cálculos de peritos e/ou contadores judiciais, além das
diárias, no caso de viagens, previamente definidas em comum acordo pelas partes,
entre outras; c) pagar aos CONTRATADO, pontualmente, em remuneração aos
serviços prestados, ou colocados à sua disposição (honorários advocatícios) e a
medida que forem necessárias parcelas em dinheiro para pagamento das despesas
e custas judiciais; d) comparecer em todas as audiências judiciais, ou periciais, cuja
presença seja imprescindível para o processo, bem como disponibilizar os nomes e
endereços de todas as testemunhas solicitadas pelos CONTRATADOS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o CONTRATANTE não compareça nas audiências
judiciais ou periciais, das quais fora cientificado, ou pratique qualquer ato que dê
causa a extinção do processo, deverá pagar honorários advocatícios aos
CONTRATANTES no valor mínimo constante na Tabela de Honorários Advocatícios no
âmbito da OAB/MS - Resolução OAB/MS n. 33/2010.

Maria de Lourdes

4ª CLÁUSULA: OS CONTRATADO prestarão contas das quantias recebidas do CONTRATANTE quando assim lhe convier ou for por estes solicitados.

5ª CLÁUSULA: A impossibilidade no pagamento das verbas acima mencionadas, importará na rescisão do presente contrato, a critério dos CONTRATADO, independentemente de aviso prévio ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitando-se os CONTRATANTES ao pagamento integral dos honorários advocatícios previstos na cláusula 2ª retro, acrescido de juros de mora e atualização monetária.

6ª CLÁUSULA: O presente contrato terá a duração até o final do processo (DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO), a partir da assinatura do presente, podendo, entretanto, ser rescindido com aviso prévio de 10 (dez) dias, formalmente, por qualquer das partes.

7ª CLÁUSULA: Ocorrendo rescisão por parte do CONTRATANTE, este se obriga a pagar aos CONTRATADO o valor mínimo constante na Tabela de Honorários Advocatícios no âmbito da OAB/MS – Resolução OAB/MS n. 33/2010, proporcionalmente ao trabalho realizado.

8ª CLÁUSULA: Fica eleito o Foro desta Comarca de Dourados (MS), como competente para qualquer ação judicial oriunda do presente contrato, ainda que diverso seja, ou venha a ser o do CONTRATANTE.

E por estarem assim justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADO assinam o presente, juntamente com as testemunhas, em duas vias de igual teor e forma.

Dourados - MS, aos 8 de novembro de 2022.

LUIS HENRIQUE MIRANDA
OAB/PR 14.809

Maria de Lourdes Silva Souza
CONTRATANTE

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA